

Desafios para uma análise do discurso (e para o ensino?)

Ingo Voese¹

RESUMO

Neste trabalho discutem-se alguns problemas da Análise do Discurso. A análise do texto aqui realizada tem o propósito duplo de expor uma metodologia de AD e de abrir espaço para futuras reflexões sobre a possibilidade de tal tipo de atividade trazer benefícios ao ensino nos níveis fundamental e médio.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso, metodologia, ensino.

¹ Docente do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Unisul. Mestre e Doutor em Lingüística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutor em Análise do Discurso pela Universidade Estadual de Campinas, ingovoese@bizz.psi.br.

ALGUMAS QUESTÕES INICIAIS²

A expressão “Análise do Discurso” vem, há anos, sendo evocada para os mais diferentes tipos de abordagens do texto. No que diz respeito aos trabalhos que se orientam pelas concepções da chamada “escola francesa” constata-se, especialmente no Brasil, muito mais uma teoria do discurso do que uma análise propriamente dita, o que dificulta que se possa instaurar uma reflexão e uma avaliação dos contornos de uma metodologia específica.

É de se compreender, pois, que o ensino nos níveis fundamental e médio muito pouco tem aproveitado das inúmeras pesquisas e atividades realizadas nas academias, o que leva o presente trabalho – parte de um texto mais amplo em elaboração – a se oferecer como espaço de proposta e discussão, em especial, no que concerne à possibilidade de uma metodologia de AD ser aproveitada, com efeitos positivos, nas aulas do Ensino Fundamental e Médio.³

A carência, pois, de exercícios práticos que pudessem enriquecer a reflexão sobre a importância ou não para os estudos da linguagem dos conceitos que a AD desenvolve no plano teórico, também neutraliza não só o aproveitamento deste construto teórico como também críticas mais amplas e profundas às aulas de Língua Portuguesa nos diferentes níveis de ensino.

Mais: a escassez de trabalhos de AD que, por exemplo, abordam a questão das pistas ideológicas revela que as dificuldades não são de modo nenhum desprezíveis e facilmente superáveis.

² Como não posso, por razões óbvias, fazê-lo pessoalmente, quero expressar aqui meu mais profundo agradecimento pelas críticas e sugestões feitas por um dos pareceristas do texto, sem o que inúmeros “escorregões” e desatenções comprometeriam além do suportável o que escrevi.

³ Os aspectos didático-pedagógicos, ou seja, a aplicabilidade da proposta de atividade ao nível do Ensino Fundamental e Médio, submeter-se-ão – por diferentes e importantes razões – a reflexão mais profunda, em espaço e momento diferentes deste texto, em que obrigatoriamente deverão estar presentes debates e avaliações dos professores que atuam em sala de aula nos dois níveis de ensino.

Na verdade, a preocupação em definir com precisão o objeto e a maneira de abordá-lo desafia seriamente os analistas do discurso, como se pode deduzir de um artigo de Possenti (1990) em que ele diz:

Um dos sintomas de que a Análise do Discurso é uma disciplina problemática é que é difícil falar dela, a não ser quando se trata de conversas entre pares que trabalham sistematicamente no campo, sem sentir uma certa obrigação de deixar mais ou menos claro de que é que se trata. Isto é, sem supor que os outros não sabem do que se trata. Em outras palavras, parece sempre que ainda é necessário definir os termos, seja porque se supõe que não são conhecidos, seja porque se teme que sejam tomados em sentido comum, seja para marcar uma posição em relação a outras possíveis que reivindicam o mesmo nome. Isto é, a expressão “análise do discurso” não indica com suficiente clareza de que atividade se trata, como se dá, por exemplo, bem ou mal, com expressões como “análise sintática” ou “análise fonológica” (p. 45).

Uma das tarefas mais difíceis talvez resida em explicar a Análise do Discurso como uma atividade lingüística se lhe interessa observar tantos e tão diversos elementos como língua, contexto, formação discursiva, interdiscurso, ideologia, etc.

Maingueneau (1989) pode servir como referência quando entende que a Análise do Discurso pode reivindicar um espaço de atuação mantendo o objetivo de abordar as circunstâncias históricas do discurso sem deixar de marcar-se como prática lingüística de objetivos específicos:

Não é suficiente, pois, constatar que um discurso é feito de palavras para daí concluir que seu estudo depende mais da lingüística do que de uma outra disciplina. Optar pela lingüística, de modo privilegiado mas não exclusivo, consiste em pensar que os processos discursivos poderão ser apreendidos com maior eficácia, considerando os interesses próprios à Análise do Discurso. Isto não implica que os textos, em questão não possam ser objeto de abordagens com propósitos diversos (p. 17).

A opção que faz, então, a Análise do Discurso, é epistemológica e poderia ser explicitada e justificada assim: a análise parte da descrição da materialidade do enunciado pressupondo que ela contenha marcas indicativas – que deverão ser entendidas como pistas – a respeito do processo de sua produção, ou seja, das condições de produção. O que se admite é que o enunciado terá a sua forma determinada pelas possibilidades da língua e pelos elementos extra-lingüísticos que se constituíram como determinantes no seu processo de enunciação.

Assim, não é só o enunciado, enquanto materialidade lingüística, o foco de interesse da Análise do Discurso, mas também as condições de sua produção. Explicando melhor: embora parta da descrição do discurso, o analista o faz sempre com o olhar dirigido na direção das circunstâncias de sua enunciação, ou seja, a Análise do Discurso faz uma análise do material lingüístico, tendo, porém, como objetivo revelar os condicionamentos extra-lingüísticos. É, enfim, uma atividade que se situa em dois terrenos diferentes, embora estreitamente relacionados: o lingüístico e o extra-lingüístico – entendido nos planos imediato e mediato.

Diante disso, observa-se que o domínio da Análise do Discurso alcança um espaço muito abrangente, o que se torna uma de suas dificuldades. Tome-se, por exemplo, como válido o pressuposto de que a função e a forma do discurso orientam a sua descrição, e haveria razão para se estabelecerem abordagens diferenciadas em discursos do tipo:

- a) político, jurídico, religioso, econômico ou pedagógico, etc.
- b) descritivo, irônico, humorístico, poético, etc.

As dificuldades da Análise do Discurso, porém, não se reduzem apenas a isso, pois ela, numa proposta desafiadora, não vai abordar cada tipo de discurso isoladamente, como explica Maingueneau (1989):

Ela cruza-os uns com os outros, especificando-os espacial e temporalmente, associando-os necessariamente a condições de produção particulares: o discurso jurídico didático de tal época e de tal lugar, o discurso polêmico filosófico em tal contexto, com todas as especificações ulteriores que se desejar, etc. A Análise do Discurso

pode também, e é o caso mais freqüente, realizar o movimento inverso a partir de uma ou várias formações discursivas (a imprensa socialista, os manifestos feministas, o discurso de determinada corrente da crítica literária, etc.) (p. 16)

Percebe-se, então, que o campo onde pretende operar a Análise do Discurso é muito amplo, o que, para uma ciência, não é sempre o desejável porque torna praticamente impossível estabelecer parâmetros de verificabilidade para as descrições feitas. É como admitir que, diante da variedade dos objetos e das múltiplas formas de abordá-los, qualquer estudo pode ser classificado como uma Análise do Discurso, o que a inviabilizaria como um estudo específico (se qualquer estudo é Análise do Discurso nenhum é).

O cuidado e a atenção do analista do discurso, portanto, devem voltar-se à compatibilização (ou operacionalização) de concepções teóricas com uma metodologia, processo em que ele elegerá não só os conceitos que considera básicos, mas também a possibilidade de sequenciar corretamente as operações que eles desencadeiam, o que requer que se tracem, neste momento, embora resumidamente, os contornos teóricos que orientam o trabalho, especialmente para que a proposta que se faz possa receber as necessárias e corretas críticas.

Desse modo, explicita-se que:

- a) a AD que se quer realizar, embora mantenha certas formulações teóricas da chamada “escola francesa” – como a de “formação discursiva”, por exemplo – busca situar-se num espaço de orientação marxista diferente da corrente estruturalista que segue os passos de Althusser, Bourdieu, Foucault e Pêcheux, pois considera-se que não se pode ser dialético dentro de uma lógica aristotélica (que não acolhe a compatibilidade entre conceitos que têm dimensões concomitantemente contraditórias). As referências teóricas buscam-se, especialmente, nos textos de Bakhtin, Lucács, Heller, Mészáros, etc;
- b) em consequência dessa postura, adota-se que **não há discurso sem língua e não há língua sem discurso, não há acontecimento sem atos de sujeitos e não há atos fora do**

acontecimento, não há sujeito livre nem assujeitado e, por isso, o discurso é produto e processo, e a língua é reflexo e refração, instituído e instituinte, generalização e singularização, prisão e liberdade dos usuários.

Posto isso, – e recordando o pressuposto teórico que diz que na materialidade lingüística inscrevem-se as marcas das condições de sua produção – uma das primeiras concepções teóricas diz respeito à redundância que está presente no discurso, ou seja, o enunciante, sempre, ao tentar utilizar os recursos mais apropriados para que o discurso possibilite as melhores condições de sucesso, recorre à repetição da idéia. Em outras palavras, todo enunciante torna-se necessária e incontrolavelmente redundante. O fato de a língua não ser código leva o enunciante a se defrontar com a dificuldade de dar tal forma a seu enunciado que possibilite a adesão do interlocutor a um determinado sentido ou a um processo de negociação, quando um dos recursos é a repetição através tanto da sinonímia, como da paráfrase, da antítese, etc.

Por isso, um tratamento estatístico ou uma correlação de associações e de rejeições semânticas torna-se interessante na abordagem de ocorrências do discurso, à medida em que poderá revelar a sua base temática, ou seja, o dito, e, por consequência, fornecer as primeiras pistas de determinada formação discursiva.

Além disso, sabendo-se que os discursos podem variar de forma e função, a Análise do Discurso se obriga a adotar uma outra postura: a abordagem de um discurso depende, ao menos parcialmente, do próprio objeto. Assim, por exemplo, o discurso descritivo será abordado diferentemente do poético porque difere radicalmente quanto às condições de produção.

As propriedades do discurso, então, vão influir na maneira de abordá-lo, o que quer dizer que todo discurso tem uma “entrada” que cabe ao analista localizar (sem que com isso se afirme que haja somente uma entrada possível).

Por isso, o cuidado do analista do discurso refere-se ao lugar de onde vai fazer a leitura do que foi enunciado. Pergunta-se, aqui, sobre como “entrar” no texto para poder organizar as associações e as rejeições e, daí, poder sustentar que um determinado sentido é compatível com o texto.

Em resumo: a AD parte da concepção de que a leitura do texto inicia ao se encontrar uma “entrada” apropriada. Só então pode o analista descrever um jogo de associações e rejeições semânticas – que se constroem devido à redundância que marca a atividade do enunciante – e, estabelecendo a relação com outras pistas, descrever determinações da formação discursiva e da ação ideológica.

É o dito, pois, que interessa num primeiro momento. E isso é fundamental: a observância de que os elementos lingüísticos têm um certo grau de informatividade impede que se faça uma leitura equivocada.

O passo seguinte deve capacitar o analista a sair do texto para o que se poderia chamar, em termos gerais, de *contexto* (incluindo, aí, as noções de formação discursiva e ideologia), para o que as noções de *recorte* e de *arquivo* tornam-se bastante produtivas, ou seja, as partes do discurso em análise e dos que servirão como objeto de cotejo (que deverá revelar o não-dito, isto é, os silenciamentos e as contradições de ordem ideológica) são “recortadas” pelo analista – atividade orientada pelas propriedades do discurso e, especialmente, pela *hipótese* com que se atua na análise.

A observação, após saber que o texto *diz isso e não aquilo*, dirige-se, com especial cuidado, ao modo de dizer, ou seja, a *como o dito é dito*, momento em que a atividade deve, se possível, dar conta de duas frentes: 1. a interação num plano imediato (que se apóia na Teoria dos Atos de Fala e que, de certa forma, faz referência às ações dos sujeitos); 2. a enunciação dentro de um plano mediato (que a AD privilegia como objeto de investigação e que diz respeito ao que fixa o instituído social, enquanto limites para a atuação dos sujeitos).

O pressuposto lembra que a formação discursiva estabelece um *ethos* ou um modo de dizer para os enunciadores do grupo. Agora, o analista atuará com as noções de *escalaridade dos itens lexicais*, *modalização e emprego de operadores argumentativos*⁴, o que deverá revelar o resultado do confronto entre as ações dos sujeitos e os

⁴ Sugiro, para quem não está familiarizado com esses conceitos, a leitura dos textos de Ingeldore Koch, onde são exemplar e didaticamente desenvolvidos.

controles, as regras e os rituais instituídos socialmente. Torna-se, por isso, obrigatório trabalhar o contexto mediato da interação, ou seja, *a época, o local e as circunstâncias* em que o enunciado foi produzido.

Não só isso: se cada formação discursiva fixa condições de enunciação, o faz em função de um determinado universo semântico que é predominante. Assim, por exemplo, a formação discursiva médica, embora presente nos seus discursos enunciados de outras formações discursivas, organiza-se em torno do tema *saúde-doença*, o que remete à necessidade de o analista construir relações pertinentes *entre o dito e o modo como o dito foi dito*, além de buscar respostas para *os motivos por que o dito foi dito do modo como foi*.

Em outros termos, o que acontece no discurso, ou seja, o jogo de associações e rejeições, a presença da redundância de um tema e o interdiscurso são ocorrências que apontam para o processo em que a formação discursiva demarca seus limites em relação às outras e, concomitantemente, os de atuação dos interlocutores, buscando controlar, enfim, *quem pode enunciar o quê, como*, etc.

Uma vez direcionada a análise para o exterior do texto, e focalizando o conflito entre as formações discursivas, serão descritos os silenciamentos como apagamento (ou mascaramento) de diferenças e contradições de concepções de vida, de sociedade de mundo, etc. e, por isso, como pistas para demarcar o que, no texto em análise, serão considerados efeitos ideológicos.

Desse modo, embora a Análise do Discurso parta do princípio de que o enunciado determina, ao menos parcialmente, o tipo de análise a que poderá ser submetido, é possível estabelecer um roteiro de abordagem que, no entanto, pode, em um ou outro caso, ter ou não todas as etapas sugeridas a seguir.

Resumindo: a análise do discurso que se pretende propor diz respeito ao dito, às escolhas dos modos de dizer e às determinações históricas e sociais, ou seja, busca observar que: a) diz-se isso e não outra coisa; b) diz-se assim e não de outra forma; c) diz-se deste lugar social e não de outro; e d) diz-se isso e se silencia (mascara) sobre outras formas de dizer.

ANÁLISE DO DISCURSO: UMA PROPOSTA DE ROTEIRO

Escolheu-se, para a análise, um texto simples, relativamente pequeno, dirigido a um público infantil, que consta em um livro didático de 6ª série do fundamental e selecionado da obra *Anel de Vidro* de Vicente Guimarães. Pareceu que se prestava bem a servir de objeto tanto para encaminhar uma proposta inicial de metodologia de Análise do Discurso, como para futuras reflexões sobre um eventual uso da AD no ensino. A aplicabilidade, porém, desse tipo de análise às aulas de ensino fundamental e médio só poderá ser testada uma vez feitas as necessárias adaptações didático-pedagógicas ao nível da capacidade dos alunos.

Fica evidente, pois, que se quer, no presente trabalho, antes de mais nada, marcar um roteiro possível para uma abordagem discursiva do texto, o que significa que a proposta deve ser considerada acolhedora de críticas e de sugestões, tanto de estudiosos do discurso como de professores que atuam no ensino Fundamental e Médio. Outrossim, não se desconhece que, como qualquer metodologia sempre tem comprometimentos ideológicos, esse roteiro também tem – e, por isso, mais do que justificadamente, é passível de críticas.

I – O ENUNCIADO: AS MARCAS LINGÜÍSTICAS

1.1.O texto:

O Trabalho

Quem não trabalha é vadio.
É malandro, é preguiçoso.
Torna-se um ser doentio
E, por vezes, perigoso.

O trabalho é uma beleza.
é, na vida, uma ventura:
Ele afugenta a pobreza
dá-nos conforto e fartura.

O trabalho é um dever
Que temos nós todo dia;
Porém, será um prazer,
Quando feito com alegria.

(VICENTE GUIMARÃES, s.d.).

1.2. O que diz o texto?

O texto tem como tema o trabalho. O jogo de associações e rejeições semânticas (Maingueneau, 1989) apresenta-se da seguinte maneira:

- 1.2.1. “Trabalho” se associa à idéia de “dever” que remete às de “beleza”, “alegria”, “prazer”, “ventura”, “conforto” e “fartura”.
- 1.2.2. “Trabalho” rejeita as idéias de “vadio”, “malandro”, “preguiçoso”, “doentio”, “perigoso” e “pobreza”.
- 1.2.3. O termo-pivô do texto é “dever”: é preciso cumpri-lo (dever de trabalhar) para ser bem sucedido.
- 1.2.4. As paráfrases que explicitam a noção de “trabalho” são relativamente numerosas: “O trabalho é uma beleza, é uma ventura, é um dever, é um prazer, é o que afugenta a pobreza, é o que dá conforto e fartura”, enquanto que quem não trabalha é “vadio, malandro, preguiçoso, doentio e perigoso”.

Assim, uma leitura contrastiva (diz-se isso e não aquilo), apoiada no jogo de associações e rejeições, mais as paráfrases, revela que o texto diz que *o trabalho é um dever que o homem precisa cumprir sempre para ser feliz*.

II – A ENUNCIÇÃO: AS MARCAS ENUNCIATIVAS

Observando-se as três estrofes do poema – que, doravante, serão consideradas R1 (recorte 1), R2 e R3 respectivamente – pode-se descrever marcas (ou pistas) que tanto se referem a um contexto imediato da interação como apontam para uma determinada formação discursiva:

- 2.1. Quem diz a quem: O autor do texto é, provavelmente, um adulto (Vicente Guimarães) que se dirige, num livro (Anel de Vidro), a crianças⁵. O autor do livro didático, por sua vez, selecionou o texto exatamente por isso, ou seja, para ser usado na sala de aula, onde o adulto se dirige à criança com a finalidade de educá-la.
- 2.2. Como se diz:
 - 2.2.1. O texto é uma poesia de estrutura e rimas simples (por isso, fácil de memorizar).
 - 2.2.2. As escolhas lexicais tanto no que se refere à condenação de quem não trabalha (R1: “vadio”, “malandro”, “preguiçoso”, “doentio”, “perigoso”) como as que significam valorização do trabalho (R2: “beleza”, “ventura”, “afugenta a pobreza”, “conforto e fartura”) formam, no jogo de associações e rejeições, imagens muito fortes, ou seja, as escolhas dos itens lexicais situam-se nos limites (inferior e superior) da disposição escalar da língua. Por isso, devem ser considerados itens lexicais que delimitam fortemente o(s) sentido(s) que o texto poderia produzir.
 - 2.2.3. O emprego do verbo “ser” no presente e no futuro do presente do indicativo, em todo o texto, se constitui numa modalização que, junto com os itens lexicais, busca fechar as possibilidades da contra-palavra.

⁵ O autor do livro didático selecionou, provavelmente, o texto pela postura educacional que perpassa a linguagem. O uso do texto em sala de aula tem a finalidade de educar a criança e chega a ela, pois, como um discurso heterogêneo em que se mesclam as vozes de dois autores e a do professor. Numa análise completa da situação interativa, pois, deveriam ser incluídas também as atividades propostas no livro didático e as do professor.

2.2.4. Somente uma vez (R1) as escolhas lexicais recebem um modalizador que reduz a sua força argumentativa: “por vezes” (perigoso).

2.2.5. No momento do texto em que “trabalho” poderia remeter a uma idéia não muito agradável (R3), o autor recorre ao operador argumentativo “porém”, que, ao destacar “prazer”, ameniza “dever” de “todo dia”. Contudo, “quando”, usado pelo autor em seguida, constrói uma argumentação do tipo: “Se... então” em que impõe uma condição (fazer com alegria).

2.2.6. O texto é sucinto e parece claro na abordagem de um tema relevante não só para o indivíduo que se prepara para a vida, mas para todos os que convivem com os problemas e as dificuldades da atual situação social. E pela dimensão da complexidade do tema do texto, com certeza, há múltiplas formas de aborda-lo e de direcionar a reflexão.

As marcas lingüísticas e enunciativas permitem observar, porém, que o enunciante preocupou-se em construir uma linguagem que apresenta escolhas de modos de dizer que devem ser consideradas como limítrofes, ou seja, o objetivo de conseguir a adesão do interlocutor leva o autor a fazer opções por itens lexicais que se situam no topo da escalaridade da língua e por modalizações que não admitem a possibilidade de discordância.

III – O ACONTECIMENTO: AS MARCAS DA FORMAÇÃO DISCURSIVA E DA IDEOLOGIA

O modo de verbalização – embora se pudesse condenar o tom radicalizante – parece submeter-se e não contradizer as regras interativas que se alistam na Teoria dos Atos de Fala.

O sucesso que visa a interação não se dá, porém, na observância do Princípio da Cooperação e a abordagem da situação imediata – objeto de estudo da Teoria dos Atos de Fala – não dá conta dos motivos por que o autor não respeitou, por exemplo, a regra da sinceridade, ou seja, não responde a **por que se diz o que se diz do modo como se diz (e se desrespeitam regras conversacionais)?**

É preciso, pois, observar:

3.1. Os controles do discurso

O texto, quando constrói nos R2 e 3 afirmações positivas em relação ao trabalho (“é uma beleza” “é uma ventura”) e acena para o atendimento de expectativas da maior parte da população (“afugenta a pobreza”, “dá-nos conforto e fartura”, “será um prazer”), assume as formas de um discurso sedutor que se estrutura dentro da seguinte seqüência:

- a) o texto condena quem não trabalha, desenha o que é feio (que é condenável e contrário à felicidade);
- b) o texto elogia o trabalho, enfeitando o contrário do feio;
- c) o texto promete riqueza, atuando sobre desejos e expectativas das pessoas.

A sedução deve ser entendida como um discurso que nega a máxima da sinceridade, pois se constitui com o objetivo de, prometendo atender os desejos do indivíduo a ser seduzido, iludi-lo e submetê-lo, ou seja, uma vez consumada a sedução, pode o enunciante fazer as imposições (R3: “é um dever... feito com alegria”) que lhe parecerem mais apropriadas.

Observando, então, a análise feita até aqui, é possível levantar, pelo menos, algumas questões que merecem ser discutidas e que ampliam significativamente o contexto a ser considerado:

Por que o autor escreveu uma poesia sobre o trabalho do modo como escreveu, não permitindo a discordância?

Por que recorre o autor à sedução?

Por que o autor radicaliza o elogio a todo e qualquer trabalho, omite informações sobre a situação do mercado de trabalho?

Talvez a melhor maneira de avançar na análise seja a de levar em consideração a relação interessante e complexa que pode ser estabelecida entre enunciante e autor.

Segundo Foucault:

[...] eu suponho que, em toda a sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por objetivo conjurar seus poderes e seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar seu peso, sua temível materialidade (1971, p.3).

E um desses procedimentos de controle, ainda segundo Foucault, refere-se ao que ocorre com a atividade não do enunciante, mas do autor:

O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que falou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como sede de sua coerência (1971, p.9).

Para melhor entender a distinção que faz Foucault, os seguintes exemplos são esclarecedores. Diz alguém “Está entrando frio pela janela”. O enunciante – apesar da diversidade de sentidos possíveis – responsabiliza-se por um sentido do enunciado, respeitando – ele, indivíduo em interação – o princípio da cooperação. Já em “Lugar de homem não é na cozinha” há que tomar em consideração duas dimensões do enunciado: a) o imediato, quando o **enunciante** manifesta uma posição sua, como indivíduo e b) o mediato, quando o enunciante – agora **autor** – não só se responsabiliza por uma posição pessoal, mas também invoca um discurso de uma ideologia machista.

A descrição da situação imediata da interação, portanto, não é suficiente. É preciso incluir a abordagem de um contexto mediato, o que a AD se propõe a fazer.

Pelo que se conseguiu descrever, tanto quanto às marcas lingüísticas como às de ordem enunciativa, o texto aponta para um autor que pertence a uma formação discursiva e é determinado ideologicamente que orienta o indivíduo para que assuma e fale do trabalho de forma que:

- a) o trabalho é sempre dever;
- b) a criança deve ser educada para o trabalho e para o consumo;
- c) a possibilidade de consumir (TER) é o caminho da felicidade.

Como o texto se dirige a crianças, é forçoso considerar que ele tem objetivos que são nitidamente educacionais. Ora, devido às escolhas feitas pelo enunciante, fecham-se as possibilidades para o aparecimento da palavra de uma outra formação discursiva, ou seja, não se admite uma visão diferente do trabalho, o que permite concluir que a formação discursiva que determina o texto fixa também uma certa lógica para o processo educativo que pode, provisoriamente, ser descrito assim:

O adulto (orientado por uma determinada ideologia), quando quiser educar a criança para viver feliz na sociedade atual, deverá descrever o trabalho sempre como algo positivo.

POIS, a criança, acreditando que a sua felicidade está em consumir e que todo trabalho possibilita isso, torna-se obediente e dócil e aceitará realizar qualquer tipo de atividade no futuro.

POR ISSO, o discurso deve ser simples, autoritário, disciplinador e sedutor.

A formação discursiva a que pertence o autor do texto – e que tem objetivos educacionais – determina que a educação seja um processo de adaptação dos indivíduos à sociedade como está atualmente estruturada em termos de obediência e submissão às leis do mercado.

3.2. Os silenciamentos

A análise do texto “O Trabalho” – já a esta altura – permitiria descrever seu alinhamento ideológico, principalmente porque a formação discursiva, no *ethos* que imprime ao discurso educacional, não deixa dúvidas sobre o tipo de comprometimentos históricos e sociais do autor.

A AD, porém, ao acolher as noções de *arquivo* e de *recorte*, propõe-se a um cotejo que deve, revelando os silenciamentos do texto, jogar luzes sobre o conflito social que é a gênese da ideologia, ou seja, o

cotejo de recortes de diferentes textos tem o objetivo de caracterizar diferentes modos de interpretar determinada realidade, todos orientados ideologicamente, o que inclui o propósito de silenciar (e mascarar) as diferenças.

Os silenciamentos podem (ou devem?) ser descritos fazendo o cotejo entre os recortes do texto em análise e os de outros textos (por exemplo, o noticiário de jornais e revistas ou mesmo livros teóricos⁶). Eles abrem, enfim, a possibilidade de se falar em contradições, ou seja, entre o que o texto diz e o que outros dizem há divergências ou contradições que precisam ser apagadas, e, desse modo, o conflito fica mascarado.

O cotejo do R1 da poesia pode ser feito com alguns recortes de outros textos, tais como:

R4: Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos (Forrester, 1997, p.11).

R5: [...] surge o temor insidioso, o medo difuso, mas justificado de ver um grande número, de ver o maior número de seres humanos considerados supérfluos. Não subalternos nem reprovados: supérfluos. E por essa razão, nocivos (FORRESTER, 1997, p.16).

R6: Em tais circunstâncias, a miséria humana necessariamente associada a todos os tipos de desemprego [...] podia ser justificada em nome de um brilhante futuro de consumo para todos. Naqueles dias, as milhões de pessoas desafortunadas, patéticas e “desprivilegiadas” podiam ser facilmente relegadas à periferia da sociedade, isoladas, como um fenômeno da “Grande Sociedade” afluyente, elas deveriam

⁶ Optou-se, aqui, por recortes de textos teóricos que, evidentemente, não são indicados para alunos de 1º e 2º graus. Para esses níveis, podem ser interessantes os depoimentos dos próprios alunos e de pessoas do círculo familiar, e/ou o que se diz na coluna do leitor de jornais e revistas, etc.

responsabilizar exclusivamente a sua própria “inutilidade” (falta de qualificação profissional, “preguiça”, etc) pelos seus apuros e resignar-se a consumir os restos do farto banquete neocapitalista, magnanimamente servidos sob a forma de “benefícios” desemprego e de cupons para o consumo dos excedentes invendáveis de alimentos (MÉSZAROS, 1987, p.59).

R7: [...] o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam [...] os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis (MÉSZAROS, 1987, p. 61).

R8: Essa sociedade de tempo liberado teria como base o princípio de que é necessário cada indivíduo trabalhar menos para que todos possam trabalhar (COTRIM, 2000, p.36).

R9: Muito se tem dito que o grande vilão do desemprego é a falta de capacitação e qualificação da mão-de-obra. Nos jornais há uma infinidade de cursos em oferta que são desejados por muita gente. Só que os interessados não podem fazê-los em razão dos seus altos custos e por estarem desempregados. Afinal, de quem é a culpa do desemprego? Do desempregado que não é qualificado? Do empresário que não oferece uma oportunidade? Das instituições que oferecem cursos caros? Ou do governo que vê tudo isso e não faz nada? (Carla Gonçalves Sanches, Diário Catarinense, 14/08/02, p.38)

O cotejo permite alistar importantes silenciamentos, ou seja:

- a) que quem não trabalha pode estar impedido por razões que escapam à sua decisão;
- b) que quem não trabalha não se torna (ou é) necessariamente “doentio”;
- c) que o desemprego é mais o resultado de um sistema social do que culpa do indivíduo;
- d) que quem não trabalha só é nocivo à sociedade porque não dá lucro a quem o emprega; e
- e) que responsabilizar apenas o indivíduo por não trabalhar é uma forma de esconder e de mascarar a crueldade de um sistema social.

O R2, por sua vez, pode ser submetido ao cotejo com:

R10: Será “útil” viver quando não se é lucrativo ao lucro? (Forrester, 1997, p.16)

R11: [O lucro] Ativo, propaga-se por toda parte, mas jamais é citado, a não ser sob a forma daquelas pudicas “criações de riquezas” que pretendem beneficiar toda a espécie humana e ocultar tesouros de empregos. Tocar nessas riquezas seria então criminoso. É preciso preservá-las a qualquer preço, não discuti-las, esquecer (ou fingir esquecer) que elas beneficiam sempre o mesmo pequeno número, cada vez mais poderoso, mais capaz de impor esse lucro (que lhe toca) como a única lógica [...] (FORRESTER, 1997, p. 19)

Os principais silenciamentos que podem ser retirados do cotejo são:

- a) que o trabalho nem sempre, ou quase nunca, é uma “ventura”;
- b) que há pessoas que não trabalham, mas têm fartura e riqueza;
- c) que quem trabalha, em geral, fica com as sobras do “farto banquete neocapitalista” – R6);
- d) que da fartura e a riqueza se beneficiam aqueles que se valem do trabalho de outros;
- e) que o sistema tem como lógica indiscutível gerar riquezas para poucos.

E, por fim, é preciso localizar os silenciamentos que podem ser retirados do cotejo de R3 com os seguintes recortes:

R12: Pela primeira vez, a massa humana não é mais necessária materialmente, e menos ainda economicamente, para o pequeno número que detém os poderes e para o qual as vidas humanas que evoluem fora de seu círculo íntimo só têm interesse, ou mesmo existência – isso se percebe cada dia mais –, de um ponto de vista utilitário (FORRESTER, 1997, p. 136).

R13: Isso ainda pode ser observado em muitas indústrias atuais, onde a função do operário reduziu-se ao cumprimento de ordens relativas à qualidade e à quantidade da produção. Tudo transcorre sem que o operário tenha comando sobre o resultado final do seu trabalho nem controle algum sobre a finalidade do que fabrica. Sempre repetindo

as mesmas operações mecânicas, o trabalhador produz bens estranhos à sua pessoa, aos seus desejos e às suas necessidades (COTRIM, 2000, p.29).

R14: Enfim, o trabalho alienado costuma ser marcado pelo desprazer, pelo embrutecimento e pela exploração do trabalhador (COTRIM, 2000, p. 29).

R15: Ou seja, o trabalho – possibilidade de liberdade e realização – se tornou sinônimo de frustração, submissão e sofrimento (COTRIM, 2000, p. 29).

Silencia-se, aqui:

- a) que diferentes tipos de trabalho são valorizados diferentemente;
- b) que trabalhar “todo dia” significa não ter o direito ao descanso, nem ao lazer;
- c) que os que detêm o poder econômico são, em geral, insensíveis ao sofrimento dos desempregados e dos que ganham pouco;
- d) que o trabalho de um operário tornou-se monótono e alienante;
- e) que o trabalhador é, na maioria das vezes, explorado; e
- f) que o trabalho tornou-se sinônimo de desprazer e de sofrimento.

Em resumo, o texto “O Trabalho”, observados os cotejos dos recortes, silencia a responsabilidade do sistema social diante do desemprego, da exploração e da alienação do trabalho humano, da sub-valorização de determinados trabalhos, do desprazer e do sofrimento de alguns tipos de trabalho, da negação ao lazer, etc.

Tomando os silenciamentos como mascaramento de contradições entre posições conflitantes a respeito do trabalho, eles devem ser considerados pistas de uma ação ideológica que procura impor um determinado modelo de sociedade, em que lugares sociais consolidados são não só privilegiados, mas também apresentados como a única forma de distribuição possível.

Nesse modelo, pois:

1. O trabalho é parafraseado como “beleza” e “ventura” (R2) e pelo que ele possibilita em termos de aquisição de uma situação material confortável (R2).

2. Como quem não trabalha (R1) não tem acesso à possibilidade de TER “conforto” e “riqueza” (R2), é considerado “doentio” e “perigoso” (R1) a uma formação social. A culpa pela miséria do indivíduo é sempre dele próprio: o modelo de sociedade fica, portanto, isento.

3. O tom autoritário do texto dirigido à criança indica que o autor (determinado pela formação discursiva e pela ideologia) tem interesse em não admitir a contra-palavra em relação à concepção de “trabalho”, ou seja, procura evitar que apareçam contradições entre concepções sobre o tema, o que poderia representar um risco para aqueles que o modelo privilegia.

A atividade lingüística do autor, procurando apagar o que se alistou como silenciamentos, ou seja, as contradições em relação a outros ditos possíveis, confirma a idéia de que, numa dada formação social, há discursos diferentes sobre a mesma temática, ligados, porém, a diferentes formações discursivas e determinados por ideologias antagônicas. E isso remete à idéia de conflito.

4. Uma vez que o texto apresenta como justificativa para que alguém trabalhe as expressões “afugenta a pobreza” e “dá-nos conforto e fartura” (R12), a dicotomia semântica que se constrói é “trabalho” x “riqueza”. Inicia-se um processo de sedução (R2 revela-se diante de R11) que tem sempre implícito um processo de anulação⁷, por exemplo, da postura crítica que poderia contestar o modelo de felicidade em que se substitui o SER pelo TER: apagando o desagradável de determinados trabalhos e o injusto da formação social, o texto preenche uma das funções da ideologia, o mascaramento, isso te, mascarar para seduzir, anular e dominar.

5. Uma outra pista que deverá ser considerada como consequência da orientação ideológica é a proposta de educação que perpassa o texto, ou seja, uma educação que acena com o TER para quem não tem acesso ao consumo tem implícita uma noção de homem que pode ser resumida em termos de:

⁶ A sedução é, sempre, um mascaramento dos detalhes negativos de um produto e a maximização de qualidades (que, em geral, não existem).

- a) o homem precisa ser seduzido e será educado para servir ao sistema, ou seja, ele se ajusta, aceitando a estrutura da formação social, desde que possa ou consumir ou ter a esperança de fazê-lo;
- b) o homem precisa aceitar o trabalho não como uma forma de se desenvolver e SER mais pessoa, mas de TER acesso à riqueza e ao consumo. A idéia de felicidade está ligada à de consumo;
- c) o homem não deve ser educado em termos de desenvolvimento de sua consciência, de sua capacidade de discordar e de criar, mas de competência para a geração do lucro.

6. Outra pista poderá ser considerada; o que a dicotomia “trabalho x riqueza” revela, no texto, em termos de interdiscurso. Se se considerar que em torno de “trabalho” é possível localizar uma formação discursiva diferente da que se organiza em torno de “riqueza”, o processo do interdiscurso (como o entende Maingueneau, 1989) apresenta o domínio de uma formação sobre a outra porque:

- a) Impõe, pelo discurso autoritário, uma idéia de trabalho, não permitindo a contra-palavra;
- b) seduz pela promessa enganosa de felicidade;
- c) apaga o conflito que o não-dito poderia revelar;
- d) vale-se do prestígio do texto escrito e do livro para fortalecer uma proposta de educação.

A análise das pistas lingüísticas, enunciativas e ideológicas, no seu todo, permite, pois, estabelecer algumas características da formação social em que o texto circula (ou está autorizado a acontecer, na linguagem foucaultiana).

Evidentemente, a análise de apenas um texto não poderá revelar a formação social na sua totalidade. Estão, contudo, inscritos no enunciado, como pistas da determinação social, o autoritarismo, o conflito entre formações discursivas (grupos sociais), a sedução de uma sociedade de consumo, o predomínio do TER sobre o SER, o mascaramento de uma realidade e a tentativa de “educar” o homem para ser submisso e aceitar a manutenção do *status quo*.

REFERÊNCIAS

- COTRIM, G. **Fundamentos da filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2000
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Edusp, 1997.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Ijuí, Fidene, 1971.
- GUIMARÃES, V. **Anel de vidro**. Rio de Janeiro, Americana, s. d..
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes/Unicamp, 1989.
- MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.
- POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TITLE: Challenges for discourse analysis (and for teaching?).

AUTHOR: Ingo Voese

ABSTRACT

This article discusses some problems from the area of Discourse Analysis. The text analysis carried out here has the double purpose of presenting a methodology of Discourse Analysis and of opening a space for future reflections on the possibility of this approach being useful to elementary and secondary school teaching.

Keywords: Discourse Analysis, methodology, teaching.

TITRE: Défis pour l'analyse du discours
(et pour l'enseignement?).

AUTEUR: Ingo Voese

RÉSUMÉ

Dans cet article quelques problèmes d'Analyse du Discours sont discutés. L'analyse qu'on propose d'un texte a le double but d'exposer une méthodologie d'Analyse du Discours et d'ouvrir un espace à des réflexions futures sur la possibilité pour cette approche du texte d'apporter des avantages à l'Enseignement Fondamental et Moyen.

Mots-Clés: Analyse du discours, méthodologie, apprentissage.

TÍTULO: Desafíos para el análisis del discurso
(y para la enseñanza?).

AUTOR: Ingo Voese

RESUMEN

En este artículo se discuten algunos problemas de Análisis del Discurso. El análisis de texto aquí planteada tiene los propósitos dobles de exponer una metodología de Análisis del Discurso y de abrir un espacio a las reflexiones futuras sobre la posibilidad de este acercamiento del texto traer provecho a la enseñanza elemental y secundaria.

Palabras-Clave: Análisis del discurso, metodología, enseñanza.